

Especial

Infraestrutura Governo estuda usar recursos acumulados em fundo setorial que terá saldo positivo no ano
União “acha” R\$ 4 bi para socorrer setor elétrico

Daniel Rittner e Leandra Peres
De Brasília

No meio de um dilema estressante para resolver as contas do setor elétrico em 2014, por causa do acionamento recorde das usinas térmicas e da insolvência financeira das distribuidoras, o governo encontrou um dinheiro “inesperado” para suavizar o impacto de um socorro do Tesouro às empresas. As autoridades estudam usar cerca de R\$ 4 bilhões em recursos acumulados na Conta de Energia de Reserva, um fundo setorial que deve manter saldo positivo neste ano, devido aos altos preços da eletricidade no mercado de curto prazo.

Com o esvaziamento dos reservatórios, calcula-se que seja preciso um aporte entre R\$ 18 bilhões e R\$ 20 bilhões do Tesouro para evitar uma explosão das tarifas, mas o uso do fundo pode aliviar surpreendentemente esse montante. A proposta faz parte do pacote de soluções para a crise do setor que já foi levado à presidente Dilma Rousseff e a Agência

Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já abriu um processo de audiências públicas para mudar a forma de repasse desse fundo às distribuidoras. O governo promete dar uma resposta definitiva sobre como vai enfrentar o custo das termelétricas até 9 de abril.

Desde 2008, como forma de reforçar a segurança no abastecimento do país, o governo promoveu cinco leilões de energia de reserva. Esses certames contratam usinas eólicas e de biomassa que funcionam como uma espécie de “backup” do setor. Ao todo, 1.184 megawatts médios já foram contratados. Só se usa essa reserva em casos excepcionais, como agora, e os geradores recebem o preço com que se comprometeram no leilão — em torno de R\$ 100 por megawatt-hora. Os pagamentos são feitos mensalmente por distribuidoras e consumidores livres no mercado de curto prazo.

Em circunstâncias normais, não há grande diferença entre esses preços. Por isso, a ideia da Conta de Energia de Reserva é que não haja grandes saldos,

Saldo positivo

Estimativa de arrecadação da Conta de Energia de Reserva em 2014 – em R\$ milhões



nem déficits. Em 2013, por exemplo, ela tinha R\$ 302,8 milhões acumulados em caixa. As distribuidoras detêm 78,8% dos recursos — o restante cabe a consumidores livres e autoprodutores.

Neste ano, porém, houve um grande descaimento de preços: a estiação forte e a queda do volume estocado nos reservatórios fez disparar o valor da energia no mercado de curto prazo. Em documentos, a Aneel fez uma projeção de valores altos durante todo

o ano, até atingir o piso de R\$ 288 em dezembro — o mais baixo de 2014. Na prática, isso engordará o saldo da conta, porque os donos das usinas continuam recebendo um valor fixo por seus megawatts.

Fazendo um exercício para todo o ano, a agência percebeu que esse descaimento continuará deixando o fundo mais gordo: a previsão é de que ele junte R\$ 4,6 bilhões até dezembro. De tudo isso, o dinheiro das distribuidoras corresponde a R\$ 3,8 bilhões —

além do que já existe no caixa.

O que a Aneel propõe é que, em vez de acumular saldos cada vez maiores, o excedente do fundo seja restituído mensalmente às empresas. De acordo com a proposta, as distribuidoras deixariam de desembolsar esse valor no acerto mensal de contas que precisam fazer na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), onde pagam pelo uso das térmicas e pela exposição ao mercado de curto prazo.

Pelas regras atuais, o saldo acumulado na conta poderia ser consumido em que o preço no mercado “spot” estiver mais baixo do que o custo de geral das usinas. Como isso não deve ocorrer em nenhum momento, em 2014, a recomendação da área técnica é usar o saldo para remediar as despesas com o acionamento das térmicas. Já se fala em um gasto de R\$ 18 bilhões a R\$ 20 bilhões, que pode ser assumido pelo Tesouro Nacional, total ou parcialmente.

Em janeiro, o governo resolveu cobrir R\$ 1,2 bilhão do R\$ 1,8 bilhão do rombo total das distribuidoras. Ao anunciar esse socorro, o governo afirmou que terá uma solução definitiva até o dia 9 de abril, quando se liquidam as despesas referentes ao mês de fevereiro. Por isso, a perspectiva de um saldo perto de R\$ 4 bilhões no fundo setorial agrada à equipe econômica, que vê a necessidade de aporte do Tesouro se reduzir substancialmente. O setor elétrico é hoje um dos principais motivos de incerteza para o cumprimento da meta fiscal de 2014.

Peso de tarifa na inflação pode estar subestimado

Daniel Rittner
Do Rio

O peso de reajustes das contas de luz em inflação pode estar subdimensionado. A advertência é de Salomão Quadros, professor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), que fez um esforço para medir os efeitos indiretos dos aumentos das tarifas de energia nos índices de preços.

Normalmente, o mercado financeiro calcula que um reajuste de 10% nas contas de luz gera um impacto em torno de 0,3 ponto percentual no IPCA, índice usado pelo governo para balizar as metas de inflação. Em um exercício econométrico, Quadros demonstra que outros fatores precisam ser quantificados, como o peso de tarifas maiores em matérias-primas e produtos acabados. Por exemplo: bens produzidos pela indústria tendem a subir, seja porque as fábricas também passaram a pagar mais caro por sua eletricidade, seja porque seus insumos ficaram pressionados.

Conclusão: na verdade, quando tudo é somado, o impacto de 10% de reajuste das tarifas de energia chega a 0,6 ponto percentual. “O exercício não permite determinar o período de tempo em que tais repasses ocorreriam”, afirma Quadros. Ou seja, a indústria pode até segurar aumentos de preços, comprimindo margens. Importações podem substituir a produção local. Mesmo havendo um reflexo “fragmentado” e “indireto” sobre o IPCA, segundo o economista, essa é uma “hipótese realista” e deve ser contemplada ao se projetar os prós e contras de permitir o repasse — parcial ou total — dos gastos com o acionamento das usinas térmicas aos consumidores.

As estimativas foram expostas em uma longa discussão na segunda-feira, na sede do Ibre, sobre os problemas do setor elétrico. O debate reuniu um grupo de elite de economistas que pertencem aos quadros do próprio instituto ou da FGV com um todo: Nelson Barbosa, José Júlio Senna, Samuel Pessoa, Armando Castelar e Joisa Dutra, entre outros.

Eles ouviram um relato precativo sobre a situação energética do país. “Há dois cenários



Christopher Vlavianos, presidente da Comerc: “É provável que tenhamos racionamento? Não, mas é possível”

possíveis”, resumiu Christopher Vlavianos, presidente da Comerc, uma das maiores comercializadoras de energia do país. “Em um cenário, a hidrologia volta para a média e conseguimos, a duras penas, atravessar o ano. Em outro, chove em torno de 50% da série histórica e não conseguimos chegar a julho ou a agosto sem algum programa de redução do consumo. É provável que tenhamos racionamento? Não, mas é possível”, comentou Vlavianos.

As perspectivas atuais de chuvas “não garantem a reposição desejada” dos reservatórios, conforme diagnóstico apresentado por Paulo César Espinoza Etchichury, diretor da Sonar Meteorologia. Ele vê com reservas as projeções do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que revisou suas estimativas iniciais e agora prevê que as chuvas atinjam 77% da média histórica no Sudeste/Centro-Oeste, em março. No início do mês, o ONS previa apenas 67% da média, mas tornou-se mais otimista com a hidrologia favorável dos últimos dias. “Nos próximos 10 a 15 dias, as chuvas devem se voltar mais para o Sul”, afirmou Etchichury.

O importante, na realidade, é que caia mais água na região conhecida como “Nariz da Velha” — as bacias dos rios Grande, Paranaíba e Alto São Francisco. Neste ano, com a ausência dos fenômenos climáticos El Niño e La Niña, o meteorologista explica que tem havido maior variação das chuvas. Ele diz que o problema de alternância entre dias chuvosos e secos é que, sem as margens dos rios devidamente úmidas, é mais difícil a água chegar aos reservatórios. “Esses dois meses não vão recuperar o que deixou de chover anteriormente”.

Levando em conta todos os esboços que estão se criando no setor, há um reajuste das tarifas de até 35% reprimido nesse momento, segundo cálculos apresentados pela Abrace, a associação dos grandes consumidores industriais de energia. É uma espécie de “bomba tarifária”, con-

forme definiu o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa, que deve ser contida pelo governo. “Acho que não é viável, e seria até temerário, colocar isso em prática”, afirmou o executivo, lembrando as manifestações populares de junho do ano passado.

Para chegar a esse número, Pedrosa enumerou diversos fatores de pressão: o IGP-M acumulado em 12 meses e os preços da energia devem colaborar com 8% a 10%; há 4% pelas perdas de eletricidade e pelo uso das térmicas no ano passado; e outros 4,6% correspondem ao déficit da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) já apontado em 2014.

Resta a principal “bomba” nas contas de luz: de 10% a 15%, dependendo das estimativas, para fechar o buraco causado neste ano pelo acionamento das térmicas e pela exposição das distribuidoras ao mercado de curto prazo. Para o executivo, seria melhor negociar com grandes consumidores um programa de redução do consumo, mediante incentivos.

Após caírem em 2013, as tarifas residenciais de energia podem voltar a subir acima da inflação. As estimativas do Banco Central consideram reajuste médio de 7,5% — num ano em que a perspectiva é de alta de 6% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), segundo o boletim Focus —, mas na avaliação de especialistas, esse aumento poderá ser maior.

Para que o aumento nas tarifas residenciais seja de 7,5% em 2014, o Tesouro Nacional teria que bancar integralmente o custo adicional decorrente principalmente do uso intensivo das térmicas, afirma o presidente da comercializadora de energia Comerc, Christopher Alexander Vlavianos. Seus cálculos indicam que o reajuste necessário para equilibrar as contas do setor é de cerca de 25%, já considerando o aporte de R\$ 9 bilhões previsto no Orçamento deste ano. “Um aumento de 7,5% apenas compensaria a inflação”, afirma.

Além do custo das térmicas, outros fatores tendem a pressionar o custo da energia elétrica neste ano. O câmbio é um dos componentes de preço da energia produzida pela hidrelétrica de Itaipu, responsável por 17% do fornecimento do país. No boletim Focus, a média das previsões aponta o dólar que vai subir dos atuais R\$ 2,35 para R\$ 2,48 ao fim de 2014.

Para evitar um forte impacto na inflação e um desgaste político em ano eleitoral, avalia o presidente da comercializadora América Energia, Andrew Frank Storfer, o governo provavelmente escalonará o repasse ao consumidor dos crescentes custos de geração de energia. Pelas suas estimativas, o aumento nas tarifas para os consumidores neste ano deve ficar em torno de 8%, avançando para 13% em 2015 e permanecendo em dois dígitos nos próximos anos.

“Em princípio, temos ao menos cinco anos comprometidos com reajustes apenas para compensar o repasse que o Tesouro fez em 2013 para as distribuidoras”, comenta ele, referindo-se aos R\$ 9,8 bilhões liberados às companhias no ano passado para minimizar as dificuldades de caixa decorrentes

Especialistas preveem reajustes escalonados

Francine De Lorenzo
De São Paulo

Após caírem em 2013, as tarifas residenciais de energia podem voltar a subir acima da inflação. As estimativas do Banco Central consideram reajuste médio de 7,5% — num ano em que a perspectiva é de alta de 6% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), segundo o boletim Focus —, mas na avaliação de especialistas, esse aumento poderá ser maior.

Para que o aumento nas tarifas residenciais seja de 7,5% em 2014, o Tesouro Nacional teria que bancar integralmente o custo adicional decorrente principalmente do uso intensivo das térmicas, afirma o presidente da comercializadora de energia Comerc, Christopher Alexander Vlavianos. Seus cálculos indicam que o reajuste necessário para equilibrar as contas do setor é de cerca de 25%, já considerando o aporte de R\$ 9 bilhões previsto no Orçamento deste ano. “Um aumento de 7,5% apenas compensaria a inflação”, afirma.

Além do custo das térmicas, outros fatores tendem a pressionar o custo da energia elétrica neste ano. O câmbio é um dos componentes de preço da energia produzida pela hidrelétrica de Itaipu, responsável por 17% do fornecimento do país. No boletim Focus, a média das previsões aponta o dólar que vai subir dos atuais R\$ 2,35 para R\$ 2,48 ao fim de 2014.

Para evitar um forte impacto na inflação e um desgaste político em ano eleitoral, avalia o presidente da comercializadora América Energia, Andrew Frank Storfer, o governo provavelmente escalonará o repasse ao consumidor dos crescentes custos de geração de energia. Pelas suas estimativas, o aumento nas tarifas para os consumidores neste ano deve ficar em torno de 8%, avançando para 13% em 2015 e permanecendo em dois dígitos nos próximos anos.

“Em princípio, temos ao menos cinco anos comprometidos com reajustes apenas para compensar o repasse que o Tesouro fez em 2013 para as distribuidoras”, comenta ele, referindo-se aos R\$ 9,8 bilhões liberados às companhias no ano passado para minimizar as dificuldades de caixa decorrentes

do alto custo da energia.

Essa compensação, entretanto, diz o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, não deve começar este ano. Segundo ele, como a previsão de repasse ainda não foi estabelecida, ela será adiada ao menos até 2015. “Com isso, o reajuste que seria diluído em cinco anos, passa a quatro anos, mas sempre há a possibilidade de se baixar um decreto alterando”, diz.

Para Priscila Lino, da consultoria PSR, é provável que a conta de 2013 se some a de 2014 para ser cobrada a partir de 2015. Dessa forma, além dos R\$ 9,8 bilhões já desembolsados pelo Tesouro no ano passado, outros R\$ 8 bilhões, pelas estimativas da consultoria, deverão ser disponibilizados neste ano para cobrir os custos extras de energia, totalizando quase R\$ 18 bilhões em dois anos. “Se formos considerar as regras atuais, esses R\$ 18 bilhões serão repassados integralmente aos consumidores”, comenta Priscila. Somente os R\$ 9,8 bilhões já liberados em 2013, segundo ela, representam um acréscimo de 2,6 pontos percentuais ao ano, num período de cinco anos, no reajuste das contas residenciais de energia.

Na avaliação do presidente da América Energia, para que as empresas possam devolver esses recursos aos cofres públicos, elas não terão outra saída a não ser repassar custos ao consumidor. “Isso vai comprometer o preço da energia no futuro. A tendência é de aumento no custo, mesmo com a regularização do nível dos reservatórios”, afirma Storfer, que estima em R\$ 430 o preço médio do megawatt/hora em 2014, valor 64% acima da média praticada em 2013, de R\$ 262,56.

Para ele, é provável que o custo da energia no mercado spot continue sendo negociado no teto de R\$ 822,83 por mais algum tempo, mas há perspectiva de acomodação em patamar mais baixo a partir de abril, quando as temperaturas ficam mais amenas, permitindo a redução no consumo. “Como a economia está perdendo fôlego e os investimentos estão contidos, o consumo tende a ser moderado”, diz ele, que acredita que os reajustes nas tarifas também devem desacelerar o consumo.

Após caírem em 2013, as tarifas residenciais de energia podem voltar a subir acima da inflação. As estimativas do Banco Central consideram reajuste médio de 7,5% - num ano em que a perspectiva é de alta de 6% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), segundo o boletim Focus -, mas na avaliação de especialistas, esse aumento poderá ser maior.

Para que o aumento nas tarifas residenciais seja de 7,5% em 2014, o Tesouro Nacional teria que bancar integralmente o custo adicional decorrente principalmente do uso intensivo das térmicas, afirma o presidente da comercializadora de energia Comerc, Christopher Alexander Vlavianos. Seus cálculos indicam que o reajuste necessário para equilibrar as contas do setor é de cerca de 25%, já considerando o aporte de R\$ 9 bilhões previsto no Orçamento deste ano. "Um aumento de 7,5% apenas compensaria a inflação", afirma.

Além do custo das térmicas, outros fatores tendem a pressionar o custo da energia elétrica neste ano. O câmbio é um dos componentes de preço da energia produzida pela hidrelétrica de Itaipu, responsável por 17% do fornecimento do país. No boletim Focus, a média das previsões aponta o dólar que vai subir dos atuais R\$ 2,35 para R\$ 2,48 ao fim de 2014.

Para evitar um forte impacto na inflação e um desgaste político em ano eleitoral, avalia o presidente da comercializadora América Energia, Andrew Frank Storfer, o governo provavelmente escalonará o repasse ao consumidor dos crescentes custos de geração de energia. Pelas suas estimativas, o aumento nas tarifas para os consumidores neste ano deve ficar em torno de 8%, avançando para 13% em 2015 e permanecendo em dois dígitos nos próximos anos.

"Em princípio, temos ao menos cinco anos comprometidos com reajustes apenas para compensar o repasse que o Tesouro fez em 2013 para as distribuidoras", comenta ele, referindo-se aos R\$ 9,8 bilhões liberados às companhias no ano passado para minimizar as dificuldades de caixa decorrentes do alto custo da energia.

Essa compensação, entretanto, diz o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, não deve começar este ano. Segundo ele, como a previsão de repasse ainda não foi estabelecida, ela será adiada ao menos até 2015. "Com isso, o reajuste que seria diluído em cinco anos, passa a quatro anos, mas sempre há a possibilidade de se baixar um decreto alterando", diz.

Para Priscila Lino, da consultoria PSR, é provável que a conta de 2013 se some à de 2014 para ser cobrada a partir de 2015. Dessa forma, além dos R\$ 9,8 bilhões já desembolsados pelo Tesouro no ano passado, outros R\$ 8 bilhões, pelas estimativas da consultoria, deverão ser disponibilizados neste ano para cobrir os custos extras de energia, totalizando quase R\$ 18 bilhões em dois anos. "Se formos considerar as regras atuais, esses R\$ 18 bilhões serão repassados integralmente aos consumidores", comenta Priscila. Somente os R\$ 9,8 bilhões já liberados em 2013, segundo ela, representam um acréscimo de 2,6 pontos percentuais ao ano, num período de cinco anos, no reajuste das contas residenciais de energia.

Na avaliação do presidente da América Energia, para que as empresas possam devolver esses recursos aos cofres públicos, elas não terão outra saída a não ser repassar custos ao consumidor. "Isso vai comprometer o preço da energia no futuro. A tendência é de aumento no custo, mesmo com a regularização do nível dos reservatórios", afirma Storfer, que estima em R\$ 430 o preço médio do megawatt/hora em 2014, valor 64% acima da média praticada em 2013, de R\$ 262,56.

Para ele, é provável que o custo da energia no mercado spot continue sendo negociado no teto de R\$ 822,83 por mais algum tempo, mas há perspectiva de acomodação em patamar mais baixo a partir de abril, quando as temperaturas ficam mais amenas, permitindo redução no consumo. "Como a economia está perdendo fôlego e os investimentos estão contidos, o consumo tende a ser moderado", diz ele, que acredita que os reajustes nas tarifas também devem desacelerar o consumo.